



## Questões das Provas da Magistratura referentes à matéria de Direito penal

Prova de 4 de agosto de 2002

**1ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

O pai que reiteradamente estupra a própria filha, com violência real, comete o delito em:

- a) concurso material.
- b) continuidade delitiva.
- c) continuidade delitiva específica.
- d) concurso formal com lesão corporal leve.
- e) concurso material com lesão corporal grave.

**2ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

O médico que, no exercício da profissão, fornece atestado falso comete o crime de:

- a) falsidade ideológica.
- b) falsificação de documento particular.
- c) atestado ideologicamente falso.
- d) falsidade material de atestado.
- e) nenhum dos delitos anteriores.

**3ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

O agente que preenche cheque assinado em branco, após dele se apossar indevidamente, comete o crime de:



- a) falsificação de documento particular.
- b) falsificação de documento público.
- c) estelionato.
- d) apropriação indébita.
- e) furto.

**4ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

Para a configuração do crime de manutenção de casa de prostituição, é necessário que a proprietária:

- a) seja também prostituta.
- b) tenha intuito de lucro.
- c) faça mediação direta para o comércio sexual.
- d) comporte-se com habitualidade na ação.
- e) comporte-se sem habitualidade na ação.

**GABARITO:**

<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>
B	E	B	D

Prova de 13 de outubro de 2002

**1ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**:

Ficam sujeitos à legislação brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes:

- a) Contra a vida ou a liberdade do Presidente da República.
- b) Contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia



ou fundação instituída pelo Poder Público.

- c) Contra empresa estrangeira, presidida por brasileiro.
- d) Contra a administração pública, por quem está a seu serviço.
- e) De genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.

**2ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**:

Não há crime quando o agente pratica o fato:

- a) Em estado de necessidade.
- b) Por reiterada tolerância das autoridades.
- c) Em legítima defesa.
- d) Em estrito cumprimento do dever legal.
- e) No exercício regular do direito.

**3ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

Se o agente, em virtude de perturbação da saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, a pena pode ser reduzida de:

- a) Um quarto.
- b) Um quinto.
- c) Um sexto.
- d) Um a dois terços.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

**4ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**:



Em tema de determinação do regime inicial de cumprimento da pena, entende-se que as penas privativas de liberdade deverão ser executadas na forma progressiva, segundo o mérito do condenado, observados os seguintes critérios e ressalvadas as hipóteses de transferência a regime mais rigoroso:

- a) O condenado à pena superior a 8 (oito) anos deverá começar a cumpri-la em regime fechado.
- b) O condenado não reincidente, cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito), poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime semi-aberto.
- c) O condenado não reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a 2 (dois) anos, poderá, desde o início, cumpri-la em regime aberto.
- d) O condenado, por crime considerado hediondo, cumprirá a pena em regime integralmente fechado.
- e) A determinação do regime inicial de cumprimento de pena far-se-á com observância dos critérios previstos no art. 59 do Código Penal.

**5ª Questão:** Assinale a afirmativa **correta**:

A pena de multa consiste no pagamento ao Fundo Penitenciário da quantia fixada na sentença e calculada em dias-multa. Será, no mínimo:

- a) De 10 (dez) e, no máximo, de 360 (trezentos e sessenta) dias-multa.
- b) De 20 (vinte) e, no máximo, de 370 (trezentos e setenta) dias-multa.
- c) De 30 (trinta) e, no máximo, de 380 (trezentos e oitenta) dias-multa.
- d) O valor do dia-multa será fixado pelo Juiz, não podendo ser inferior a um vigésimo do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato, nem superior a 3 (três) vezes esse salário.
- e) A multa deve ser paga dentro de 30 (trinta) dias depois de transitada em julgado a sentença, inadmitido o pagamento parcelado.



**6ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**:

No caso de concurso de agentes a pena será ainda agravada em relação ao agente que:

- a) Promove, ou organiza, a cooperação no crime ou dirige atividade dos demais agentes.
- b) Coage ou induz outro à execução material do crime.
- c) Instiga ou determina a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade ou não-punível em virtude de condição ou qualidade pessoal.
- d) Coage comparsa à delação do crime.
- e) Executa o crime, ou nele participa, mediante paga ou promessa de recompensa.

**7ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**:

No crime de roubo a pena é aumentada de um terço até a metade:

- a) Se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma.
- b) Se há o concurso de duas ou mais pessoas.
- c) Se a vítima estava desarmada e o agente conhecia tal circunstância.
- d) Se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro estado ou para o exterior.
- e) Se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade.

**8ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**:

Diz-se qualificado o furto, quando o crime é cometido:

- a) Com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa.
- b) Com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza.
- c) Com emprego de chave falsa.
- d) Mediante concurso de duas ou mais pessoas.
- e) Mediante o emprego de grave ameaça à terceira pessoa que não a vítima.



**9ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**:

No crime de estupro:

- a) Para a sua configuração é necessário que a mulher seja virgem.
- b) Somente o homem pode ser o autor material do delito, não afastada, todavia, a co-autoria de mulher, através de mandato (autoria intelectual) ou auxílio, instigação ou cumplicidade.
- c) O constrangimento deve visar a conjunção carnal e ser feito mediante violência (física) ou grave ameaça (ameaça de mal sério e idôneo) e deve haver o dissenso da vítima.
- d) Consuma-se com a cópula vagínica, completa ou não.
- e) Se a vítima é menor de 14 (catorze) anos, alienada ou débil mental, ou não pode, por qualquer outra causa, oferecer resistência, há presunção de violência e o dolo é o elemento subjetivo do tipo que é o especial fim de agir (para a conjunção carnal). Na doutrina tradicional é o dolo específico. Não há forma culposa.

**10ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**:

No delito de tráfico ilícito de entorpecentes, atende-se o seguinte procedimento:

- a) A remessa dos autos de flagrante ou de inquérito a juízo far-se-á sem prejuízo das diligências destinadas ao esclarecimento do fato, inclusive a elaboração do laudo de exame toxicológico e, se necessário, de dependência que serão juntados ao processo até a audiência de instrução e julgamento.
- b) Quando o juiz absolver o agente, reconhecendo por força de perícia oficial que ele, em razão da dependência, era, ao tempo da ação, ou da omissão, inteiramente incapaz de determinar-se de acordo com esse entendimento, ordenará seja o mesmo submetido a



tratamento médico.

- c) Internado o agente em virtude de absolvição em razão de dependência, verificada a recuperação, será esta comunicada ao juiz que, após comprovação por perícia oficial, e ouvido o Ministério Público, determinará o sobrestamento provisório do processo.
- d) Não havendo peritos oficiais os exames serão feitos por médicos, nomeados pelo juiz, que prestarão compromisso de bem e fielmente desempenhar o cargo.
- e) No caso de o agente frustrar, de algum modo, tratamento ambulatorial ou vir a ser novamente processado nas mesmas condições do *caput* deste artigo, o juiz poderá determinar que o tratamento seja feito em regime de internação hospitalar.

**11ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**:

Em sede de Direito Penal, é válido afirmar que:

- a) No crime de estupro, praticado mediante violência real, da qual resulte lesão corporal de natureza grave, a ação penal é pública incondicionada.
- b) O crime de extorsão consuma-se independentemente da obtenção da vantagem ilícita.
- c) Quando o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido.
- d) A incidência da circunstância atenuante autoriza a redução da pena abaixo do mínimo legal.
- e) A reincidência penal não pode ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial.

**GABARITO**

<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>
C	B	D	C	A	D
	<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>	<b>11</b>
	C	E	A	C	D



## Prova de 16 de março de 2003

### **1ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a) A pena de reclusão, inferior a 4 (quatro) anos, pode ser aplicada, cumulativamente, com uma restritiva de direitos.
- b) Em face da retroatividade da norma penal mais benigna, pode o juiz da condenação, após o trânsito em julgado da sentença condenatória, aplicar a Lei das Penas Alternativas ao apenado que cumpre pena por delito praticado anteriormente à sua vigência.
- c) A pena restritiva de direitos, consistente em prestação de serviços à comunidade, que substitui a reclusiva, aplicada em 3 (três) anos de reclusão, pode, se preferir o beneficiado, trabalhando mais horas diárias, ser cumprida em 1 (um) ano.
- d) A pena de detenção não pode ser cumprida em regime fechado.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

### **2ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a) A pena corporal, de 6 (seis) meses de detenção, aplicada ao usuário, pelo crime de uso de entorpecentes, condenado, também pelo mesmo crime, em 20 (vinte) dias-multa, não pode ser substituída por outra pecuniária.
- b) O crime de uso de entorpecente não admite a progressão de regime por ser considerado hediondo.
- c) A pena de reclusão, por qualquer atividade delituosa, inferior a 4 (quatro) anos, sendo o réu primário e de bons antecedentes, impede ao juiz estabeleça o seu cumprimento, desde o início, em regime fechado.
- d) Cominadas penas alternativas à sanção do crime praticado, o juiz deve escolher, entre elas, a que seja mais compatível com a maior ou menor gravidade do delito.





e) Nenhuma das alternativas está correta.

**3ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a) O reconhecimento, na sentença, pelo juiz, da prescrição da pretensão punitiva, impede ao acusado, por ausência de interesse, a interposição de recurso que objetiva a absolvição.
- b) Os crimes de racismo e de tortura são imprescritíveis.
- c) A prescrição retroativa pode ser reconhecida pelo juiz na sentença condenatória.
- d) A publicação da sentença, certificada, nos autos, interrompe o curso da prescrição.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

**4ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a) Na prescrição retroativa, o prazo prescricional é acrescido de 1/3 (um terço), se o condenado é reincidente.
- b) A sentença condenatória de 1º grau, reformada pelo Tribunal, com a absolvição do acusado, conserva o efeito interruptivo da prescrição.
- c) A prescrição intercorrente pode ter por termo inicial a data da consumação do delito.
- d) A sentença de pronúncia suspende a prescrição.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

**5ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a) No crime de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor, a reparação do dano, depois de iniciada a ação penal e antes da sentença de 1º grau, extingue a punibilidade, se os ferimentos não forem graves.
- b) Comete crime de omissão de socorro, definido no art. 304, do Código de Trânsito Brasileiro, o terceiro, motorista ou pedestre, que não tendo se envolvido no acidente, deixa de prestar socorro à vítima, quando era a única pessoa no local em condições de



fazê-lo.

- c) Pratica o delito de fuga, definido no art. 305, do Código de Trânsito Brasileiro, o motorista, envolvido, sem culpa, no acidente, que podendo prestar socorro à vítima, afasta-se do local, solicitando-o à autoridade pública.
- d) Só comete o delito de embriaguez ao volante, enquadrado no art. 306, do Código de Trânsito Brasileiro, o motorista que dirigindo embriagado em via pública expõe a risco determinada pessoa.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

**6ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a) A ausência de subtração de bens da vítima, ainda que tenha ocorrido o homicídio, impede o reconhecimento do delito de latrocínio.
- b) No julgamento, pelo Tribunal do Júri, argüida a tese da legítima defesa, tendo os jurados respondido, negativamente, aos quesitos referentes ao uso dos meios necessários e sua respectiva moderação, só por iniciativa da parte pode lhes ser submetido o excesso culposo.
- c) No crime de injúria, sendo o ofendido, funcionário público, ao ofensor é permitido opor-lhe a exceção da verdade, se a ofensa é irrogada em face da sua condição funcional.
- d) Para a caracterização do delito de difamação, é indiferente que a imputação seja falsa ou verdadeira.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

**GABARITO**

<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>
E	A	A	B	E	D

**Prova de 27 de abril de 2003**



**1ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a) No concurso de agentes, só ocorre a co-autoria, quando todos realizam a mesma conduta típica.
- b) Na mesma hipótese, há participação, e não co-autoria, quando os agentes realizam atos de execução distintos.
- c) Há autoria, e não participação, na conduta de quem, para cometer o crime, utiliza-se de terceiro inimputável.
- d) É co-autor, e não partícipe, o idealizador, sem outra participação no crime.
- e) Nenhuma das alternativas acima está correta.

**2ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a) Em se tratando de crime tentado, a pena de prestação pecuniária, substitutiva da privativa de liberdade, pode ser estabelecida aquém do mínimo legal, ante a aplicação do redutor referente à tentativa.
- b) A pena de prestação pecuniária consiste no pagamento, ao Fundo Penitenciário, da quantia fixada na sentença.
- c) A pena de multa, cominada, no tipo penal, isolada ou cumulativamente, se não adimplida, injustificadamente, pode ser convertida em prisão.
- d) A pena de multa pode ser alterada em face de circunstância agravante ou atenuante.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

**3ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a) A pena de reclusão, não superior a 4 (quatro) anos, aplicada ao réu não reincidente, não cria direito subjetivo ao regime aberto.
- b) A pena de detenção, sendo o réu multi-reincidente, impõe o seu cumprimento, desde o início, no regime fechado.



- c) O réu, reincidente ou não, condenado à pena de 8 (oito) anos de reclusão, deverá, obrigatoriamente, iniciar o seu cumprimento no regime fechado.
- d) O réu, não reincidente e de bons antecedentes, condenado à pena de 6 (seis) anos de reclusão, poderá, desde o início, cumpri-la no regime aberto.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

**4ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a) A condenação anterior, por crime, à pena de multa, não induz reincidência.
- b) Também, não a induz, a condenação à pena restritiva de direitos.
- c) O prazo depurador, de 5 (cinco) anos, que ignora a condenação anterior, para efeito de reincidência, conta-se do respectivo trânsito em julgado.
- d) Na condenação, por atividade contravencional anterior, o prazo depurador reduz-se à metade.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

**5ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a) Nos crimes contra os costumes, de ação pública condicionada, a prova da pobreza da vítima ou seus representantes, que legitima a iniciativa do Ministério Público, deve acompanhar a denúncia.
- b) A prova da pobreza, nas mesmas circunstâncias, não efetuada, no prazo de 6 (seis) meses, da representação, obriga ao trancamento da ação penal, por ilegitimidade ativa "*da causam*", do Ministério Público.
- c) A prova da pobreza, nas hipóteses mencionadas, pode ser apresentado até a prolação da sentença.
- d) A prova da pobreza, capaz de tutelar a iniciativa do Ministério Público, deve ser, necessariamente, documental, fornecida pela autoridade policial.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.



**6ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a) Os antecedentes, em face de condenação anterior, que ensejam a reincidência, podem ser computados também, para o acréscimo da pena-base.
- b) Concorrendo, na aplicação da pena, uma circunstância agravante e outra atenuante, esta será sempre preponderante, porque mais benéfica ao réu.
- c) O juiz não pode fixar a pena-base, acima do mínimo legal, sem que examine obrigatoriamente, uma a uma, todas as circunstâncias judiciais do artigo 59, do Código Penal.
- d) Os critérios previstos no art. 59, do Código Penal, tem por única finalidade, a fixação da pena-base.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

**7ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a) No crime de furto, a ausência da materialidade impede o seu reconhecimento.
- b) No mesmo crime, a não identificação do co-autor, não denunciado, impede o reconhecimento da qualificadora do concurso de agentes.
- c) Impede o reconhecimento do delito, em questão, a posse efêmera da res.
- d) Em relação, ainda, ao mesmo delito, ocorre a desistência voluntária, se o agente, após a consumação, deixa a res ao alcance da vítima.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

**8ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a) Para a consumação do crime de extorsão mediante seqüestro, basta a arbitrária detenção da vítima, não se exigindo tenha o agente obtida a vantagem almejada.
- b) Frustrada a intenção do agente, por ação da Polícia, na obtenção da vantagem, a anterior detenção da vítima, com aquele objetivo, caracteriza apenas o delito de seqüestro e cárcere privado, definido no art. 148, do CP.



- c) Em relação ao mesmo delito, a hipótese é de tentativa, e não de crime consumado, se após a arbitrária detenção da vítima, o agente, por circunstâncias alheias à sua vontade, não obtém o preço do resgate pretendido.
- d) Se o arrebatamento da vítima não foi precedido de violência ou grave ameaça, o delito não se caracteriza, ainda que o agente tenha obtido a vantagem.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

**9ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a) No crime de estelionato, na sua forma fundamental, a reparação do dano, por ato voluntário do agente, antes do recebimento da denúncia, é causa de isenção da pena.
- b) No crime de furto, os maus antecedentes do réu não constituem óbice ao reconhecimento do privilégio, constante do art. 155, parágrafo 1º, do Código Penal.
- c) Para a caracterização do crime de atentado violento ao pudor, é indispensável a comprovação da materialidade, pela realização do exame de corpo de delito.
- d) No delito de roubo, se a ameaça é exercida com o emprego de arma de brinquedo, capaz de atemorizar a vítima, a circunstância atua como qualificadora do crime.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

**10ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a) Nos crimes contra os costumes, praticado com grave ameaça, mas, sem violência, o casamento da vítima com terceiro, é causa extintiva da punibilidade.
- b) Os crimes de estupro e atentado violento ao pudor, praticados, em seqüência, contra a mesma vítima, devem observar, na aplicação da pena, a regra do concurso formal.
- c) Nos crimes contra os costumes, se a vítima ou seus representantes, são pobres, para efeitos penais, a ação penal é pública incondicionada.
- d) A presunção de violência aplica-se apenas aos delitos de estupro e atentado violento ao pudor.



e) Nenhuma das alternativas está correta.

**11ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a) Pratica o crime de peculato o funcionário público que se aproveitando da ausência momentânea do colega de trabalho, apropria-se, em proveito próprio, de mobiliário pertencente à repartição, de que tinha posse o ausente, em razão de suas funções.
- b) Comete o delito em questão, o funcionário que, valendo-se do cargo, determina a subalterno que realize serviço domésticos em sua residência.
- c) O funcionário que tendo a seu encargo, fechar as portas da repartição ao final do expediente, e intencionalmente, deixa-as abertas, para que terceiro, estranho aos quadros funcionais, entre e furete, responde, juntamente com o larápio, pelo delito de peculato.
- d) Responde pelo mesmo delito, o funcionário, que, após o encerramento do expediente, sabendo ausente todos os colegas, dirige-se à repartição, e depois de arrombar uma das janelas, logra a subtração de equipamentos de trabalho.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

**12ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a) A ofensa irrogada ao funcionário, fora do seu local de trabalho, ainda que em razão de suas atividades funcionais, impede o reconhecimento do delito de desacato.
- b) Se o funcionário não se sente ofendido com a agressão, embora irrogada em razão de suas funções, não se aperfeiçoa o delito de desacato.
- c) A ofensa feita contra o funcionário, na sua ausência, mas em face de suas funções, tipifica o delito de desacato.
- d) O delito de desacato exige à sua caracterização, que a ofensa irrogada ao funcionário, tenha a presenciá-la, ao menos, uma pessoa.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.



## GABARITO

<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>
C	E	A	E	C	E
<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>
E	A	B	E	C	E

## Prova de 9 de novembro de 2003

**1ª Questão:** Considere as seguintes proposições sobre tráfico de entorpecentes:

I. O comprador de um esperado carregamento de droga, cuja operação fora interrompida pela polícia, não se livra do crime de tráfico pela falta de entrega da droga pois o delito já se consumara com a realização da negociação, perfeita e acabada quanto ao acordo entre o preço e a quantidade de droga, além da data e local da entrega.

II. O tráfico poderá configurar-se na forma continuada se houver repetição de condutas em circunstâncias de tempo e lugar semelhantes (por exemplo: indivíduo que em dias diferentes vende porções de “maconha” recebidas também separadamente).

III. O cloreto de etila (lança-perfume) continua sendo, tal como a heroína, a cocaína e a maconha substância proibida pela Lei 6.368/76.

IV. O tráfico de entorpecentes, por ser crime de perigo abstrato, não exige efetivo dano, impedindo assim a consideração da bagatela pela quantidade traficada, que somente será relevante para a dosimetria da pena.

Assinale, dentre as alternativas abaixo, a **correta**.

- a) Somente a proposição II está incorreta.
- b) Apenas a proposição III está correta.
- c) Somente as proposições II e IV estão incorretas.
- d) Somente as proposições I e IV estão corretas.





e) Todas as proposições estão corretas.

**2ª Questão:** O agente que solicita dinheiro com a desculpa fantasiosa de que irá influenciar o juiz na decisão de uma causa comete delito de:

- a) Exploração de prestígio.
- b) Corrupção ativa.
- c) Advocacia administrativa.
- d) Tráfico de influência.
- e) Nenhum dos delitos acima corresponde ao crime do enunciado.

**3ª Questão:** No que tange aos crimes contra o patrimônio podemos dizer:

- I. Quem os comete em prejuízo de irmão é isento de pena.
- II. Quem os comete em prejuízo do cônjuge durante a sociedade conjugal é isento de pena, estendendo-se a isenção ao co-autor devido ao princípio da igualdade.
- III. Quem os comete contra cônjuge separado judicialmente está isento de pena, contudo é necessária a representação da vítima.
- IV. Quem os comete em prejuízo de ascendente é isento de pena, mesmo que o parentesco tenha se originado de adoção.

Assinale, dentre as alternativas abaixo, a **correta**.

- a) Somente a proposição III está correta.
- b) Somente a proposição IV está correta.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.
- e) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.

**4ª Questão:** No crime de roubo circunstanciado pelo concurso de agentes e pelo



emprego de arma podemos dizer:

- I. É imprescindível a apreensão da arma.
- II. É irrelevante que um dos agentes seja menor.
- III. É irrelevante que um dos agentes seja completamente inimputável por deficiência mental.
- IV. É imprescindível a identificação de ao menos dois dos agentes.
- V. É irrelevante que apenas um dos agentes tenha anunciado o roubo, permanecendo o outro de vigia.

Assinale, dentre as alternativas abaixo, a **correta**.

- a) Somente a proposição III está incorreta.
- b) Somente a proposição V está incorreta.
- c) Somente as proposições I e IV estão incorretas.
- d) Somente as proposições II e V estão incorretas.
- e) Somente as proposições I e III estão incorretas.

**5ª Questão:** Sobre o instituto da prescrição podemos dizer:

- I. Não corre enquanto o criminoso estiver cumprindo pena fora do país.
- II. É reduzida da metade quando o agente era menor de 21 anos na época do delito.
- III. Tem seu curso interrompido pelo oferecimento da denúncia.
- IV. Opera-se em dois anos quando se tratar de crime apenado somente com multa.
- V. Antes do trânsito em julgado da sentença final começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido nos crimes de bigamia e falsificação do registro civil.

Assinale, dentre as alternativas abaixo, a **correta**.

- a) Somente a proposição I está incorreta.



- b) Somente a proposição III está incorreta.
- c) Somente as proposições III e V estão incorretas.
- d) Somente as proposições II e V estão incorretas.
- e) Somente as proposições I e II estão incorretas.

**GABARITO**

<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>
E	A	B	C	B

Prova de 15 de fevereiro de 2004

**1ª Questão:** A natureza jurídica do arrependimento posterior (art. 16 do CP) é de:

- a) Causa extintiva da punibilidade.
- b) Mera atenuante.
- c) Causa obrigatória de diminuição de pena.
- d) Excludente de tipicidade.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

**2ª Questão:** Funcionário Público que, por indulgência, deixa de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo, pratica o delito de:

- a) Prevaricação.
- b) Condescendência criminosa.
- c) Excesso de exação.
- d) Desobediência.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

**3ª Questão:** O dentista que prescreve ou ministra, culposamente, substância entorpecente à paciente em dose maior que a necessária, comete:



- a) Periclitção da vida e da saúde.
- b) Lesão corporal culposa.
- c) Infração de medida sanitária preventiva.
- d) Crime previsto na Lei Antitóxicos (Lei n. 6.368/76).
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

**4ª Questão:** Indique quem não é funcionário público para efeito penal:

- a) Perito judicial.
- b) Leiloeiro oficial.
- c) Síndico da falência.
- d) Defensor Público.
- e) Vereador.

**5ª Questão:** Deixar a autoridade policial responsável pela apreensão de criança ou adolescente de fazer imediata comunicação à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada, comete:

- a) Infração administrativa.
- b) Contravenção penal.
- c) Crime.
- d) Irrelevante jurídico.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

**6ª Questão:** A Lei n. 5.250/67 (Lei de Imprensa) dispõe no § 1º do art. 41 que o direito de queixa ou de representação prescreverá se não for exercido dentro de determinado prazo da data da publicação ou transmissão. Este prazo é de:

- a) 2 (dois) meses.
- b) 4 (quatro) meses.



- c) 6 (seis) meses.
- d) 1 (um) ano.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

**7ª Questão:** Tem por objeto jurídico exclusivamente a honra subjetiva, o crime de:

- a) Denúnciação caluniosa.
- b) Calúnia.
- c) Difamação.
- d) Injúria.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

**8ª Questão:** Admite a forma culposa:

- a) Crime de estelionato.
- b) Crime de dano.
- c) Crime de peculato.
- d) Crime de apropriação indébita.
- e) Crime de maus-tratos.

**9ª Questão:** Quem entrega, ainda que gratuitamente, arma de fogo, acessório, munição ou explosivo a criança ou adolescente comete:

- a) Contravenção penal de porte de arma.
- b) Infração administrativa.
- c) Crime de corrupção de menores.
- d) Crime previsto na Lei n. 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento).
- e) Crime previsto na Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).



**10ª Questão:** Um relojoeiro recebe um Rolex e um Longines para reparos. Necessitando desesperadamente de dinheiro para fazer frente às despesas de sua firma, leva ambos os relógios a penhor na Caixa Econômica Federal. Nesse caso cometeu o crime de:

- a) Furto com abuso de confiança.
- b) Apropriação indébita.
- c) Estelionato.
- d) Furto mediante fraude.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

**11ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

- a) A incidência de circunstância atenuante genérica pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.
- b) A reincidência penal pode ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial.
- c) A reincidência influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva.
- d) Cominadas cumulativamente, em especial, penas privativas de liberdade e pecuniária, é defeso a substituição da prisão por multa.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

**12ª Questão:** Não é circunstância atenuante genérica:

- a) Ter procurado, por sua espontânea vontade, mas sem eficiência, logo após o crime, minorar-lhe as conseqüências.
- b) Ser o agente menor de 21 (vinte e um) anos na data do fato.
- c) O desconhecimento da lei.
- d) Ter cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, não provocado pelo



agente.

e) Cometer o crime em cumprimento de ordem de autoridade superior ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima.

#### GABARITO

<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>
C	B	D	C	C	E
<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>
D	C	D	C	E	A

#### Prova de 2006

**1ª Questão:** Sobre os crimes contra a Administração da Justiça pode-se afirmar:

- a) Não os comete preso que empreende fuga ainda que com o emprego de violência, pois a legislação não proíbe a busca da liberdade.
- b) É crime de falso testemunho falsear a verdade como testemunha em processo administrativo.
- c) O motim de presos sem violência à pessoa ou coisa não é crime.
- d) Auxiliar o autor de infração a subtrair-se à ação da autoridade é crime de favorecimento real.
- e) No crime de denunciação caluniosa a pena é a mesma se a imputação a alguém é de crime que se o sabe inocente ou se é de contravenção.

**2ª Questão:** Assinale a alternativa correta.

Nos crimes do artigo 155, do Código Penal, aplica-se o princípio da insignificância, previsto no parágrafo 2º do mesmo artigo:

- a) É incabível quando considerada a mínima periculosidade social da ação.
- b) É incabível quando considerada mínima a ofensividade da conduta do agente.



- c) É incabível quando considerada a qualificação dos meios de cometimento.
- d) É incabível quando considerada a inexpressividade da lesão jurídica provocada.
- e) É incabível quando considerado o reduzido grau de reprovabilidade da conduta do agente.

**3ª Questão:** É correto afirmar, a propósito da aplicação da pena, que:

- a) Se o réu não tiver bons antecedentes, por ser reincidente, será considerada esta circunstância judicial (art. 59 CP) para a fixação da pena base e, em fase posterior, como agravante (art. 61) para elevá-la.
- b) Na sentença não poderá o juiz estabelecer pena definitiva para o crime ou crimes excedente a 30 anos, ainda que, concluída toda a operação dosimétrica, o resultado seja superior a esse montante.
- c) Nos crimes continuados, dolosos, perpetrados com grave ameaça contra vítimas diferentes, poderá o juiz aumentar a pena do mais grave, se diversos, conforme as circunstâncias judiciais (art. 59 CP), entre um sexto e o triplo.
- d) Não será reconhecida a agravante da reincidência na condenação por crime, se, por sentença transitada em julgado, já tenha sido o agente condenado anteriormente por contravenção, nem, tampouco, na condenação por contravenção, se a condenação anterior, por sentença trãnsita, for por crime.
- e) No concurso material, em se tratando de crimes idênticos, aplica-se ao agente a pena de um só dos mesmos, mas elevando-se-a de um a dois terços.

**4ª Questão:** Assinale a alternativa correta. A Lei n. 9.099/95 no seu artigo 89, estabelece um direito subjetivo do réu de ter o processo crime suspenso, mediante a imposição de condições elencadas no próprio artigo:

- a) O Magistrado não aceitando a proposta de suspensão do processo feita pelo Ministério Público, deve encaminhar os autos ao Procurador Geral de Justiça.
- b) O Magistrado competente para presidir a ação penal pode intimar o agente e fazer a





proposta de suspensão do processo antes do recebimento da denúncia.

- c) O Magistrado não aceitando a proposta de suspensão feita pelo Ministério Público deverá devolver o processo com vistas ao Promotor de Justiça para que este ofereça a denúncia.
- d) O Magistrado, em nome da boa política criminal, pode aceitar a suspensão do processo, mesmo que o agente responda a outros processos, mas desde que os crimes não sejam da mesma natureza.
- e) O Magistrado de segundo grau, ao desclassificar o delito para outro menos grave, não pode determinar a suspensão dos efeitos do acórdão para que se proceda a proposta de suspensão do processo.

**5ª Questão:** Assinale a alternativa correta. Agente que induz sua namorada adolescente, que dele estava grávida, a tomar medicamento para abortar o feto. Não tendo resultado positivo da primeira vez, volta a induzi-la a ingerir a medicação, ocorrendo o aborto no dia seguinte.

- a) O agente será pronunciado pelo crime de aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento do art. 124, além do crime de corrupção de menores do art. 218, todos do Código Penal.
- b) O agente será pronunciado por infração ao crime do art. 280 do Código Penal, de fornecer substância medicinal em desacordo com a receita médica, e mais o crime de corrupção de menores do art. 218 da lei codificada penal.
- c) Havendo indícios de autoria, o magistrado poderá pronunciá-lo por infração ao crime do art. 126 do Código Penal, e art. 1º, da Lei n.º 2.252/54, na forma tentada e na forma consumada.
- d) O agente será pronunciado como infrator do art. 124 do Código Penal, e por crime de perigo para a vida ou a saúde de outrem do art. 132 do mesmo digesto penal, uma vez indubitáveis os indícios de autoria.
- e) O agente será pronunciado como autor de crime de abandono de recém nascido do art. 134 do Código Penal, pois logo após o fato terminou o namoro com a adolescente,



abandonando a ambos.

**6ª Questão:** Assinale a alternativa correta:

- a) O pai que retém a mãe no quarto do casal, chaveando a porta, para levar os filhos ao parque, contra a vontade dela, comete o delito de Cárcere privado.
- b) Pratica o delito de cárcere privado o filho que interna o pai em casa de repouso, sem o consentimento dele, com o objetivo de usufruir dos seus bens.
- c) Comete o delito de Seqüestro a enfermeira, que não tendo filhos, subtrai recém-nascido da maternidade, mantendo-o em seu poder em local ignorado.
- d) Pratica o delito de Seqüestro o pai que subtrai o filho, sob guarda judicial da mãe, de que tem conhecimento, levando-o para outro país.
- e) Comete o delito de Cárcere privado o médico que mantém internado o paciente, com diagnóstico de alta, com o fim de lhe cobrar honorários.

**7ª Questão:** Assinale a alternativa correta:

- a) Comete o delito de Posse sexual mediante fraude o agente que para obter a conjunção carnal faz à vítima falsas promessas de casamento.
- b) Se o agente, ciente de que está acometido de doença venérea, constrange a vítima ao coito vaginal, sem intenção, no entanto, de transmitir a doença, responde pelo crime de Estupro em concurso formal com o de Perigo de contágio venéreo.
- c) Pratica o crime de Atentado violento ao pudor o agente que pretendendo estuprar a vítima, deita-se sobre ela, mas não consegue consumar a conjunção carnal.
- d) Se dois agentes, em concurso, revezam-se na prática de conjunção carnal contra a vítima, após quebrarem a sua resistência, realizando cada qual um coito apenas, respondem ambos pelos delitos de Estupro e Atentado violento ao pudor.
- e) Se o agente, ciente de que está acometido de doença venérea, constrange a vítima ao coito vaginal, com a intenção de transmitir a doença, responde pelos dois crimes em concurso material.



**8ª Questão:** Assinale a alternativa correta:

- a) Em nosso ordenamento jurídico, o fundamento da punibilidade da tentativa é encontrado na teoria objetiva, pela qual a tentativa é punida em razão do perigo que acarreta ao bem jurídico protegido. A doutrina costuma fazer diferença quando, antes (tentativa inacabada ou imperfeita) da fase de execução ou após (tentativa acabada, perfeita ou crime falho), o evento deixa de ocorrer por circunstância independentes da vontade do agente. Porém o tratamento legal é único.
- b) Na co-autoria, o domínio do fato é comum a várias pessoas. A chamada autoria colateral ou acessória, ocorre quando duas ou mais pessoas iniciam a execução de um crime de modo independentemente uma das outras, sendo que o liame psicológico entre os agentes ocorre apenas durante a execução.
- c) A lei penal mais grave não se aplica ao crime continuado ou ao crime permanente, mesmo que sua vigência seja anterior à cessação da continuidade ou permanência.
- d) O Supremo Tribunal Federal, não obstante expressa previsão legal, tem repellido o instituto da prognose prescricional, consistente no reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva do Estado, com fundamento na pena presumida, antes mesmo do término da ação penal, na hipótese em que o exercício do *ius puniendi* se revela, de antemão, inviável.
- e) A absolvição criminal obsta a aplicação da medida de segurança, mesmo que constatada a periculosidade criminal do agente.

**9ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Os crimes unissubsistentes não admitem a tentativa.
- b) Em relação ao concurso de agentes, o Código Penal adotou a teoria dualista, que defende a existência de um delito para os autores e outro para os partícipes.
- c) Em se tratando de concurso formal de delitos e de crimes praticados em continuidade delitiva, a prescrição incidirá em cada um dos crimes, isoladamente.



d) O agente que pratica crimes, sem violência ou grave ameaça à pessoa, que por ato voluntário repara o dano ou restitui a coisa (objeto material), até o recebimento da denúncia ou queixa, deverá ter sua pena reduzida de um a dois terços, consoante estabelece o artigo 16 do Código Penal.

e) Tarso, com 25 anos de idade, entrega a Pedro, absolutamente incapaz mentalmente, arma de fogo carregada, induzindo-o a disparar contra Paulo, seu desafeto, que em razão dos tiros faleceu. Pode-se afirmar que Tarso foi o autor mediato do crime praticado (homicídio) e Pedro, por ser inimputável, deverá ser submetido à medida de segurança.

**10ª Questão:** Competente para julgar Prefeito Municipal logo após ter concluído seu mandato, por crime de homicídio praticado ao tempo em que exercia tal cargo, é:

- a) Tribunal de Justiça.
- b) Tribunal do Júri.
- c) Juiz Estadual.
- d) Juiz Federal.
- e) Tribunal Regional Eleitoral.

GABARITO:

<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>	<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>
B	C	C	A	C	B	B	A	B	B

Prova – Agosto de 2007

**1ª Questão:** Narra a denúncia que, em festa de comissão de formatura, a vítima foi jogada dentro da piscina por seus colegas, assim como tantos outros que estavam presentes, ocasionando seu óbito, por afogamento, em virtude da ingestão de



substâncias psicotrópicas. Os membros da comissão de formatura foram denunciados pela suposta prática do crime de homicídio culposo, apesar de nenhum deles ter sido apontado como sendo a pessoa que jogou a vítima na piscina (HC nº 46525/MT, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, j. 21.03.2006). Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a respeito da relação de causalidade, é **correto** afirmar:

I. Há nexo de causalidade na ação de cada membro da comissão de formatura e o resultado morte produzido.

II. A vítima afogou-se em virtude de ingestão de substâncias psicotrópicas, o que caracteriza uma autocolocação em risco, excludente da responsabilidade criminal, pois ausente o nexo causal.

III. Aplica-se ao caso a teoria da imputação objetiva, porque não demonstrada na denúncia a criação, pelos membros da comissão de formatura, de uma situação de risco não permitido.

IV. A conduta dos membros da comissão de formatura, do modo como foi narrada na denúncia, é atípica.

V. O fato narrado na denúncia é típico, antijurídico e culpável.

Está (ão) **correta (s)**:

- a) As proposições II, III e IV estão corretas.
- b) As proposições I e V estão corretas.
- c) Somente a proposição II está correta.
- d) Somente a proposição III está incorreta.
- e) Somente a proposição I está correta.

**2ª Questão:** Joãozinho foi flagrado pescando dentro da Reserva Biológica e Marinha do Arvoredo, porém em área limítrofe ao “Saco do Capim”, local permitido para a pesca. Sem fazer jus a suspensão condicional do processo, foi denunciado pela suposta prática do crime previsto no artigo 34, *caput*, da Lei nº 9.605/98. Considerando que o local interdito para a pesca é delimitado por linhas imaginárias de difícil localização e que o denunciado imaginava pescar fora da área proibida, é correto afirmar:



- I. O denunciado incorreu em erro de tipo essencial invencível.
- II. O denunciado incorreu em erro de tipo essencial vencível.
- III. O denunciado incorreu em erro de proibição inevitável.
- IV. O denunciado incorreu em erro de proibição evitável.
- V. Em caso de condenação, Joãozinho terá sua pena reduzida de um terço a dois terços.

Está (ão) **correta (s)**:

- a) Somente a proposição I está correta.
- b) Somente a proposição IV está correta.
- c) Somente a proposição II está correta.
- d) Somente a proposição III está correta.
- e) As proposições IV e V estão corretas.

**3ª Questão:** Na comarca da capital, Guiga foi denunciado pela suposta prática do crime de furto tentado, qualificado pelo concurso de pessoas, por fato ocorrido em 1º de abril de 2002. A denúncia foi recebida em 3 de maio de 2003. No curso da instrução, descobriu-se que seu irmão Zizo, à época, com 19 (dezenove) anos, o teria auxiliado na subtração da *res furtiva*, o que ensejou o aditamento da petição inicial criminal, recebido em 4 de abril de 2007, apenas para inclusão do co-réu. Encerrada a formação da culpa, foram condenados à pena de 1 (um) ano e 8 (oito) meses de reclusão e ao pagamento de 3 (três) dias-multa. A sentença condenatória foi publicada no dia 4 de julho de 2007. Os réus apelaram por cota nos autos, enquanto o representante do Ministério Público não recorreu. Sob o enfoque penal, é correto afirmar:

- I. A punibilidade está extinta pela ocorrência da prescrição, na modalidade retroativa, em relação ao acusado Zizo.
- II. O recebimento da denúncia em face de Guiga é marco interruptivo da prescrição, produzindo efeitos também ao seu irmão Zizo.
- III. O aditamento à denúncia no tocante a Zizo é causa interruptiva da prescrição, não estando, portanto, extinta a punibilidade.



IV. O aditamento da denúncia para inclusão do co-réu é causa interruptiva da prescrição em relação aos dois acusados.

V. O aditamento da denúncia para inclusão do co-réu não é causa interruptiva da prescrição.

Está (ão) **correta (s)**:

- a) As proposições I, II e V estão corretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- c) Somente a proposição III está incorreta.
- d) Somente as proposições I e II estão corretas.
- e) As proposições III e V estão corretas.

**4ª Questão:** De acordo com o princípio da supremacia da Constituição, no tocante à posse de droga para consumo pessoal, com o advento da Lei de Drogas nº 11.343/06, é correto afirmar:

- I. Houve descriminalização.
- II. Houve legalização.
- III. Houve despenalização.
- IV. Houve *abolitio criminis*.
- V. O fato ainda é crime.

Está **correta**:

- a) Somente a proposição IV está correta.
- b) Somente a proposição III está correta.
- c) Somente a proposição V está correta.
- d) Somente a proposição II está correta.
- e) Somente a proposição I está correta.

**5ª Questão:** Os crimes antecedentes constituem elementos integrativos do crime de “lavagem” de dinheiro.

São tipos penais antecedentes para fins de caracterização, em tese, dos crimes previstos



no artigo 1º da Lei nº 9.613/98:

- I. Tráfico de influência, corrupção ativa e contrabando.
- II. Resistência, desobediência e desacato.
- III. Tráfico de maquinismo para a produção de substância entorpecente.
- IV. Atos de improbidade administrativa.
- V. Quadrilha ou bando.

São **corretas**:

- a) As proposições I, II e V estão corretas.
- b) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I e III estão corretas.
- d) As proposições I, III e V estão corretas.
- e) As proposições I e II estão corretas.

Tribunal de Justiça de Santa Catarina – TJ/SC – Edital 16/06 – CJS

**6ª Questão:** João descarrega todos os tiros de seu revólver na vítima, que não é atingida, nem vem a sofrer qualquer lesão. Sobre as formas de tentativa, é correto afirmar:

- I. É caso de tentativa imperfeita.
- II. É caso de tentativa perfeita.
- III. É caso de tentativa branca.
- IV. É caso de tentativa cruenta.
- V. É caso de tentativa incruenta.

Está (ão) **correta (s)**:

- a) As proposições II, III e V estão corretas.
- b) As proposições I e V estão corretas.
- c) Somente a proposição I está correta.
- d) As proposições II e IV estão corretas.
- e) Somente a proposição V está correta.





**7ª Questão:** José é denunciado pela suposta prática de crime contra ordem tributária, por fato ocorrido em dezembro de 1994. Antes do recebimento da denúncia, em razão de parcelamento do débito fiscal, mediante acordo homologado, promoveu o pagamento de apenas uma parcela, sem o recolhimento das demais. É correto afirmar:

- I. A punibilidade está extinta pelo parcelamento da dívida antes do recebimento da denúncia, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça.
- II. A pretensão punitiva ficou suspensa apenas durante o pagamento da primeira parcela.
- III. A extinção da punibilidade ocorrerá apenas com o pagamento integral do débito, a qualquer tempo.
- IV. O pagamento da parcela acarreta a novação da dívida, o que impede o recebimento da denúncia.
- V. O despacho que receber a denúncia é impugnável pela ação de *habeas corpus*.

Está (ão) **correta (s)**:

- a) As proposições II e III estão incorretas.
- b) As proposições II e III estão corretas.
- c) Somente a proposição V está correta.
- d) As proposições I, IV e V estão incorretas.
- e) As proposições I, IV e V estão corretas.

**8ª Questão:** Sobre a responsabilidade penal da pessoa jurídica nos crimes ambientais, é correto afirmar:

- I. Encontra amparo constitucional e legal.
- II. Em julgamento inédito, a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça já responsabilizou penalmente empresa por crime ambiental, ao dar provimento a recurso especial do Ministério Público de Santa Catarina.
- III. A Primeira e Segunda Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça Catarinense divergem quanto à possibilidade de responsabilizar penalmente a pessoa jurídica.



IV. A doutrina é pacífica ao aceitar a responsabilização penal da pessoa jurídica.

V. É admissível a responsabilidade penal objetiva.

Estão **corretas**:

- a) As proposições I, II, III e V estão incorretas.
- b) As proposições II, III e IV estão incorretas.
- c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- d) As proposições II e III estão incorretas.
- e) Somente as proposições I, II, III e V estão corretas.

Tribunal de Justiça de Santa Catarina – TJ/SC – Edital 16/06 – CJS

GABARITO:

01	02	03	04	05	06	07	08
A	B	A	C	E	A	A/E	E

Prova - Junho de 2008

**1ª Questão:** No curso de ação penal privada, se o ofendido aceita receber indenização do dano causado pelo crime, pode-se dizer que tal fato, a teor do Código Penal:

- a) Configura perdão expreso.
- b) Não caracteriza renúncia ao direito de queixa.
- c) Acarreta a extinção da ação penal privada.
- d) Caracteriza renúncia tácita ao direito de queixa.
- e) Pode ser interpretado como perdão tácito.

**2ª Questão:** Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**.

I. Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra o patrimônio de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação



instituída pelo Poder Público.

II. O crime de genocídio, sendo o agente brasileiro ou domiciliado no Brasil, fica sujeito à lei brasileira, mesmo quando cometido no estrangeiro.

III. Cometido crime a bordo de aeronave brasileira, em espaço aéreo correspondente ao altomar, compete seu julgamento à Justiça Federal brasileira do Estado-Membro em cujo aeroporto primeiro pousar o avião.

IV. A lei excepcional ou temporária, decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, não mais se aplica aos fatos praticados durante sua vigência.

V. Em crime cometido no estrangeiro, contra o patrimônio de sociedade de economia mista, o agente não pode mais ser punido pela lei brasileira quando já foi condenado no estrangeiro.

- a) Somente as proposições I, III e V estão corretas.
- b) Somente as proposições II, IV e V estão corretas.
- c) Somente as proposições II, III e V estão corretas.
- d) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições I, II e III estão corretas.

**3ª Questão:** Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**.

I. No âmbito do direito penal o dia do começo inclui-se no cômputo do prazo.

II. Os prazos em direito penal são contados em dias, meses e anos pelo calendário comum.

III. Os prazos de prescrição e decadência, quando acarretam a extinção da punibilidade, são contados conforme as regras do Código de Processo Penal.

IV. Prazos penais são improrrogáveis, mesmo que se encerrem em domingos ou feriados.

V. O prazo penal não admite interrupção ou suspensão.

- a) Existem apenas quatro proposições corretas.



- b) Existem apenas duas proposições corretas.
- c) Existem cinco proposições corretas.
- d) Existe apenas uma proposição correta.
- e) Existem apenas três proposições corretas.

**4ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a) A imposição, ao inimputável, de medida de segurança consistente em internação, deve ser por tempo determinado.
- b) É efeito automático da condenação a perda de cargo ou função pública quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a 4 (quatro) anos.
- c) Revogado o livramento condicional por crime cometido durante a vigência do benefício este não poderá ser novamente concedido.
- d) A reabilitação extingue os efeitos da condenação.
- e) A condenação por crime anterior não autoriza a revogação do livramento condicional.

**5ª Questão:** Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativas **correta**.

- I. Réu condenado por crime militar próprio não pode ser considerado reincidente na justiça comum.
  - II. Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime depois de condenado por crime anterior.
  - III. O desconhecimento da lei é uma circunstância atenuante.
  - IV. Quem comete crime sob influência de multidão em tumulto pode ter sua pena atenuada.
  - V. No concurso de causas de aumento previstas na Parte Especial do Código Penal, pode o juiz limitar-se a um só aumento, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente, não podendo a pena resultante exceder o máximo legal cominado ao crime.
- a) Somente as proposições I, IV e V estão corretas.
  - b) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.



- c) Somente as proposições II, III e V estão corretas.
- d) Somente as proposições III, IV e V estão corretas.
- e) Somente as proposições III e IV estão corretas.

**6ª Questão:** Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**.

- I. No erro sobre a ilicitude do fato o desconhecimento da lei é inescusável.
  - II. Para a configuração do arrependimento posterior é necessário que o crime tenha sido cometido sem violência.
  - III. No arrependimento eficaz a pena será reduzida de um a dois terços.
  - IV. Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual ou iminente, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
  - V. Quem subtrai coisa que erroneamente supõe ser sua encontra-se em erro de tipo: não sabe que subtrai coisa alheia.
- a) Somente as proposições I, IV e V estão corretas.
  - b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
  - c) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
  - d) Somente as proposições I, II e V estão corretas.
  - e) Somente as proposições II, IV e V estão corretas.

**7ª Questão:** Em relação aos crimes de calúnia, difamação e injúria é **INCORRETO** afirmar que:

- a) Na calúnia não se admite exceção da verdade se do crime imputado o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível.
- b) A difamação só se consuma com sua divulgação a outrem.
- c) A injúria e a calúnia admitem a prova da verdade.
- d) O perdão judicial pode ser aplicado à injúria.
- e) Na difamação só se admite exceção da verdade se o ofendido é funcionário público e



a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.

**8ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

- a) No crime de extorsão são aplicáveis todas as circunstâncias de aumento de pena do crime de roubo.
- b) Se o agente pratica roubo com emprego de arma e mediante grave ameaça subtrai valores da vítima, a qual, em razão do ato praticado, vem a sofrer ataque cardíaco e morrer, pode-se dizer que não ocorreu latrocínio porque a morte da vítima não decorreu de violência física.
- c) No roubo de veículo automotor é aumentada a pena do agente que o transporta para outra cidade do Estado.
- d) Na extorsão mediante violência, a gravidade da lesão não interfere na aplicação da pena, como ocorre no crime de roubo com violência.
- e) Na extorsão mediante seqüestro existe a possibilidade de redução de pena, desde que o crime não tenha sido praticado em concurso de pessoas e o agente indique o local onde está o seqüestrado, facilitando sua liberação.

**9ª Questão:** Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativas **correta**.

- I. No induzimento ou instigação ao suicídio não existe a possibilidade de tentativa.
  - II. Para a caracterização do crime de aborto é desnecessária a expulsão do feto.
  - III. Na apropriação indébita o dolo (propósito de apropriar-se) deve ser anterior ao recebimento da coisa.
  - IV. Participar de suspensão ou abandono coletivo de trabalho (greve) provocando a interrupção de obra pública ou serviço de interesse coletivo é crime previsto no Código Penal.
  - V. É cabível o perdão judicial na receptação culposa.
- a) Existem apenas três proposições corretas.
  - b) Existe apenas uma proposição correta.



- c) Existem apenas duas proposições corretas.
- d) Existem cinco proposições corretas.
- e) Existem apenas quatro proposições corretas.

**10ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a) O tempo de internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico não pode ser computado na pena privativa de liberdade para efeito de detração.
- b) Aplicada pena substitutiva de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas inferior a um ano, é facultado ao condenado cumpri-la em menor tempo.
- c) Na condenação igual ou inferior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por multa ou por uma pena restritiva de direitos.
- d) Nos crimes culposos, aplicada pena privativa de liberdade superior a quatro anos, não é possível sua substituição por restritiva de direitos.
- e) O condenado reincidente pela prática do mesmo crime poderá ter a pena privativa de liberdade substituída por restritivas de direitos, desde que lhe sejam favoráveis as circunstâncias do art. 59 do Código Penal e a medida seja socialmente recomendável.

**GABARITO:**

<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>	<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>
B	E	E	C	B	ANULADA	C	B	E	C

Prova – maio de 2009

**1ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

- a) Nos termos do § 1º do art. 19 da Lei n.º 11.340/06, as medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, observada a prévia manifestação do representante do Ministério Público.



- b) O ato de comercializar emblemas que utilizem a cruz suástica ou gamada, ainda que sem a finalidade de divulgação do nazismo, constitui o crime previsto no art. 20, § 1º, da Lei n.º 7.716/89.
- c) Ceder, gratuitamente, arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, não tipifica a conduta penal de que trata o art. 14 do Estatuto do Desarmamento.
- d) O art. 28 da Lei n.º 10.826/03 veda, em qualquer hipótese, ao menor de 25 anos, a aquisição de arma de fogo.
- e) Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, segundo as disposições expressas na Lei n.º 11.340/06, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, entre as medidas protetivas de urgência, a de restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, nesta hipótese ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar.

**2ª Questão: Assinale a alternativa correta:**

- a) O fato de alguém, sendo casado, contrair novo casamento, não constitui infração penal.
- b) De acordo com a Lei n.º 11.705/08, aplica-se aos crimes de trânsito de lesão corporal culposa o disposto nos arts. 74, 76 e 88 da Lei n.º 9.099/95, exceto em algumas hipóteses, como por exemplo se o agente estiver transitando em velocidade superior à máxima permitida para a via em 50 km/h (cinquenta quilômetros por hora).
- c) Na hipótese de condenação por homicídio culposo na direção de veículo automotor, o autor do crime poderá ter a pena aumentada até o dobro se o fato ocorrer na faixa de pedestres ou na calçada.
- d) Uma vez condenado o agente pela prática de homicídio culposo na direção de veículo automotor, facultada-se ao magistrado incrementar a reprimenda com a suspensão ou proibição da obtenção de permissão ou habilitação para dirigir.
- e) A direção de veículo automotor, em via pública, sem a devida permissão para dirigir





ou habilitação, ou, ainda, se cassado o direito de dirigir, é crime punido com detenção, independentemente de gerar perigo de dano.

**3ª Questão: Assinale a alternativa correta:**

- a) Verifica-se a reincidência quando o agente pratica uma contravenção depois de passar em julgado a sentença que o tenha condenado, no Brasil, por motivo de contravenção, a teor do art. 7º do Decreto-Lei n.º 3.688/41.
- b) A instauração da ação penal atinente ao crime de violação de direitos de autor, previsto no *caput* do art. 184 do Código Penal, é condicionada a representação.
- c) Segundo o Código Penal, o erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, afasta o dolo do agente, mas não a culpa.
- d) O agente, no caso de estrito cumprimento do dever legal, responderá somente pelo excesso doloso, de acordo com o Código Penal.
- e) É punível a tentativa de contravenção penal, consoante dispõe o art. 4º do Decreto-Lei n.º 3.688/41.

**4ª Questão: Assinale a alternativa correta:**

- a) De acordo com o Código Penal, na hipótese de continuidade delitiva, tratando-se de crimes dolosos, contra vítimas diferentes, cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, poderá o juiz, considerando alguns aspectos relativos ao agente, aumentar a pena do crime mais grave até o triplo, ainda que a reprimenda resultante exceda a que seria cabível pela regra disposta para o concurso material.
- b) O prefeito que antecipa ou inverte a ordem de pagamento a credores do Município, sem vantagem para o erário, não comete crime, ficando sujeito apenas a sanção administrativa.
- c) Nos crimes contra a liberdade sexual, se a vítima ou seus pais não podem prover as despesas do processo sem privar-se de recursos indispensáveis à manutenção própria ou



da família, procede-se mediante ação pública incondicionada.

- d) No caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente.
- e) Tratando-se de crimes ambientais, previstos na Lei n.º 9.605/98, o arrependimento posterior do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano, constitui causa extintiva da punibilidade, pois o objetivo fundamental daquela lei é preservar o meio ambiente.

**5ª Questão: Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) A condenação anterior a pena de multa não impede a concessão da suspensão condicional da pena.
- b) É admissível a suspensão condicional da pena, mesmo em se tratando de condenado reincidente em crime culposos.
- c) É vedado ao juiz especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão da pena, além daquelas previstas no Código Penal.
- d) Uma das diferenças entre a suspensão condicional da pena e o livramento condicional refere-se ao período de prova, que para a primeira dura de dois a quatro ou de quatro a seis anos, enquanto que para o segundo corresponde ao restante da pena a ser cumprida.
- e) Em determinados casos, é possível a concessão de livramento condicional ainda que o crime tenha sido cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa.

**6ª Questão: Assinale a alternativa correta:**

- a) A publicação da sentença absolutória é uma das causas interruptivas da prescrição explicitamente previstas no Código Penal.
- b) A Lei n.º 8.072/90, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 11.646/07, prevê o regime inicial fechado para o cumprimento das penas por crimes hediondos e equiparados, estabelecendo que a progressão de regime, no caso dos condenados a tais delitos, dar-se-á após o cumprimento de dois quintos da pena, se o apenado for



primário, e de três quintos, se reincidente.

- c) A conduta de alterar documento público verdadeiro, segundo o Código Penal, não configura o crime de falsificação de documento público.
- d) De acordo com o Código Penal, a prescrição da pena de multa ocorrerá em dois anos, ainda que seja alternativa ou cumulativamente cominada com pena privativa de liberdade sujeita a prazo prescricional diverso.
- e) Pratica o delito de falsidade ideológica o agente que atribui a si ou a terceiro falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem.

**7ª Questão: Assinale a alternativa correta:**

- a) Comete o crime de apropriação indébita o funcionário público que toma para si valor particular de que tem a posse em razão do cargo.
- b) Pratica o delito de comunicação falsa de crime ou de contravenção o agente que dá causa à instauração de investigação policial ou de processo judicial contra determinada pessoa, imputando-lhe crime de que sabe ser ela inocente.
- c) No crime de favorecimento real, fica isento de pena o agente que, sendo ascendente, descendente, cônjuge ou irmão do criminoso, presta-lhe auxílio destinado a tornar seguro o proveito do crime.
- d) Para efeitos penais, o conceito de funcionário público difere daquele previsto no direito administrativo, abrangendo toda pessoa que, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública.
- e) Em se tratando de corrupção passiva, a pena será aumentada se o funcionário praticar, deixar de praticar ou retardar ato de ofício, com infração do dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem.

**8ª Questão: Assinale a alternativa correta:**

- a) A pena prevista para o delito de tráfico de entorpecentes (art. 33, *caput*, da Lei n.º



- 11.343/06) será aumentada se a infração tiver sido cometida em transporte público.
- b) A representação será retratável até o recebimento da denúncia, conforme determinação do art. 102 do Código Penal.
- c) No caso de o ofendido ser declarado ausente por decisão judicial, o direito de prosseguir na ação penal passa ao cônjuge, ascendente, descendente e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, segundo o art. 100, § 4º, do Código Penal.
- d) De acordo com o parágrafo único do art. 96 do Código Penal, extinta a punibilidade, subsiste a medida de segurança imposta.
- e) O agente que ministra drogas, culposamente, em doses excessivas, não pratica crime previsto na Lei n.º 11.343/06.

**9ª Questão: Assinale a alternativa correta:**

- a) O arrependimento posterior, causa obrigatória de diminuição de pena, ocorre nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, em que o agente, voluntariamente, repara o dano ou restitui a coisa até o oferecimento da denúncia ou queixa.
- b) “Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.” O excerto transcrito se refere ao crime impossível, causa de isenção de pena.
- c) No crime contra as relações de consumo previsto no art. 7º, inciso III, da Lei n.º 8.137/90, consistente em "misturar gêneros e mercadorias de espécies diferentes, para vendê-los ou expô-los à venda como puros", a modalidade culposa não é punível.
- d) A desistência voluntária e o arrependimento eficaz, espécies de tentativa abandonada ou qualificada, não exigem a espontaneidade do agente para que possam ser reconhecidos, bastando a voluntariedade.
- e) Comete o crime de furto, previsto no art. 155 do Código Penal, o condômino que subtrai, para si ou para outrem, a quem legitimamente a detém, a coisa comum.

**10ª Questão: Assinale a alternativa correta:**



- a) Para o Código Penal, é efeito da condenação a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo somente quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a dois anos, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública.
- b) Tomar refeição em restaurante sem dispor de recursos para efetuar o pagamento é contravenção penal em que o juiz pode, conforme as circunstâncias, deixar de aplicar a pena.
- c) A reabilitação, prevista nos arts. 93 a 95 do Código Penal, será revogada, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, se o reabilitado for condenado, por decisão definitiva, a pena de multa.
- d) Os crimes definidos na Lei n.º 8.666/93 – que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública –, ainda que simplesmente tentados, sujeitam os seus autores, quando servidores públicos, além das penas de reclusão, à perda do cargo, emprego, função ou mandato eletivo.
- e) Segundo dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/90), constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento em que se verifique a submissão de criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual.

**11ª Questão: Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) O crime de fraude no comércio, consistente em enganar, no exercício de atividade comercial, o adquirente ou consumidor, admite a forma privilegiada.
- b) A inscrição no registro civil, de nascimento inexistente, prevista no art. 241 do Código Penal, admite o reconhecimento da forma privilegiada ou o perdão judicial se o crime foi praticado por motivo de reconhecida nobreza.
- c) Abusar, em proveito próprio ou alheio, de necessidade, paixão ou inexperiência de menor, ou da alienação ou debilidade mental de outrem, induzindo qualquer deles à prática de ato suscetível de produzir efeito jurídico, em prejuízo próprio ou de terceiro, é



a descrição do crime de abuso de incapazes, previsto no art. 173 do Código Penal.

d) Depende de representação a ação penal para o crime de tomar refeição em restaurante sem dispor de recursos para efetuar o pagamento.

e) No crime de falsificação de documento público, previsto no art. 297 do Código Penal, a pena é aumentada de sexta parte se o agente é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo.

**GABARITO:**

<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>	<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>	<b>11</b>
E	B	A	D	C	B	D	A	D	E	B

### **PROVA DE 2010**

**36ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

a) Configura-se a tentativa nos crimes omissivos próprios ou de mera conduta e nos crimes

preterdolosos.

b) Nos casos de desistência voluntária e de arrependimento posterior, o agente só responde pelos atos já praticados.

c) Na extorsão mediante sequestro, o concurso de duas ou mais pessoas qualifica o delito, havendo causa especial de diminuição de pena caso um dos concorrentes informe à autoridade a localização do sequestrado, facilitando a sua liberação.

d) O delito de sonegação fiscal tipificado na Lei n. 8.137/1990, por ser crime material ou de resultado, não torna imprescindível o lançamento definitivo do crédito tributário para a sua consumação, com o exaurimento do processo fiscal, sem o qual não há constituição do crédito tributário.



e) O crime de cartel (elevar sem justa causa o preço de bem e ou serviço, valendo-se de posição dominante no mercado) é crime material para cuja consumação não se exige o resultado.

**37ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

**I.** Na aplicação das causas especiais de diminuição, a pena final pode ser fixada aquém da pena mínima cominada.

**II.** O delito de lesão corporal culposa no trânsito admite a forma tentada.

**III.** A direção de veículo automotor, em via pública, sob o efeito de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa, exige para a sua configuração a exposição da incolumidade de outrem a dano potencial.

**IV.** Os delitos de trânsito consistentes em homicídio culposo, a critério do Ministério Público, podem ser processados perante o Juizado Especial Criminal.

a) Somente as proposições I, III e IV estão incorretas.

b) Somente as proposições II, III e IV estão incorretas.

c) Somente as proposições II e III estão incorretas.

d) Somente as proposições I, II e III estão incorretas.

e) Todas as proposições estão incorretas.

**38ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

**I.** As penas de prestação de serviços comunitários e de comparecimento a programa educativo, para os usuários de drogas, previstas na Lei n. 11.343/2006, serão aplicadas pelo prazo máximo de cinco meses, e, em caso de reincidência, pelo prazo máximo de dez meses.

**II.** Aquele que oferece droga eventualmente, e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos consumirem, pratica o delito do uso compartilhado, estando isento de pena privativa de liberdade.



**III.** Em caso de descumprimento injustificado da pena de prestação de serviços à comunidade prevista na Lei n. 11.343/2006, o juiz converterá em pena privativa de liberdade conforme determina o Código Penal, deduzido o tempo já cumprido.

**IV.** A Lei n. 11.343/2006 prevê a configuração de normas penais em branco, as quais, diante disso, dependem de norma complementar de órgão administrativo do Poder Executivo da União.

- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

**39ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

- a) No caso de concurso de crimes, para efeito de livramento condicional o cálculo incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente.
- b) A duração máxima do Regime Disciplinar Diferenciado é de trezentos e sessenta dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave da mesma espécie, até o limite de um terço da pena aplicada.
- c) Tratando-se de quadrilha para cometimentos de crimes hediondos, o delito é apenado com reclusão de 3 a 6 anos, aplicando-se a pena em dobro no caso de violência ou grave ameaça.
- d) São direitos do preso: alimentação suficiente e vestuário; atribuição de trabalho e sua remuneração; previdência social; exercício de atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatível com a execução da pena; proteção contra qualquer forma de sensacionalismo; entrevista pessoal e reservada com o advogado; chamamento nominal.
- e) As sanções disciplinares da Lei de Execução Penal serão aplicadas por ato motivado





do diretor do estabelecimento, até mesmo a inclusão no Regime Disciplinar Diferenciado desde que previamente comunicado o juiz competente.

**40ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

**I.** Aquele que deixa de corrigir imediatamente informação sobre consumidor constante de cadastro, banco de dados, fichas ou registros que sabe ou deveria saber ser inexata, comete crime omissivo previsto no Código de Defesa do Consumidor, admitindo-se tanto o dolo direto quanto o dolo eventual.

**II.** O agente que comete o fato impelido pelo temor reverencial, por ser coação irresistível, é isento de pena, punindo-se apenas o autor da coação.

**III.** Quem, de qualquer forma, concorre para o crime, incide nas penas a este cominadas; se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a mesma pena, diminuída de um sexto a um terço.

**IV.** Comete crime de abuso de autoridade aquele que submete pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei.

**V.** Comete peculato o funcionário público que exige para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

- a) Somente as proposições I, II e V estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I, III e V estão corretas.
- e) Somente as proposições I e IV estão corretas.

**41ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) É sempre considerado hediondo o homicídio simples praticado em atividade de grupo de extermínio.



- b)** À lesão corporal de natureza grave praticada com prevalência de relações domésticas contra pessoa portadora de deficiência, além da qualificação introduzida pela Lei n. 11.340/2006, incide majoração de um terço.
- c)** Em relação à aplicação da lei penal, goza da imunidade material da Constituição da República o parlamentar que, no exercício de seu mandato, expressar opiniões, palavras e votos, de modo que jamais se poderá identificar qualquer dos chamados crimes de opinião ou crimes da palavra.
- d)** É causa de especial aumento de pena a utilização dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza para a prática, indução ou incitação à discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.
- e)** A caça para subsistência é hipótese legal para a concessão, ao residente em área rural, do porte de arma de fogo de uso permitido, desde que atendidas as exigências específicas a esta modalidade.

**42ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

- I.** Trata-se de contravenção penal o uso, publicamente, de uniforme ou de distintivo de função pública que não exerce.
  - II.** Não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.
  - III.** Quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima, não responderá pelo crime por ausência de potencial consciência da ilicitude.
  - IV.** Em todos os crimes contra a propriedade intelectual previstos no Código Penal, o intuito de lucro direto ou indireto é exigido para a caracterização do tipo penal.
- a)** Somente a proposição I e II estão corretas.
  - b)** Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
  - c)** Somente as proposições II e IV estão corretas.
  - d)** Somente as proposições I, II e III estão corretas.



e) Todas as proposições estão corretas.

**43ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

**I.** Não há o crime de estupro, nos termos do Código Penal, na relação sexual consensual praticada com maior de 14 e menor de 18 anos.

**II.** É pública, condicionada a representação, a ação penal por crime de sonegação fiscal.

**III.** O baixo grau de instrução ou escolaridade do agente é causa atenuante de pena nos crimes praticados contra o meio ambiente.

**IV.** No caso de concurso formal impróprio, como a conduta deriva de desígnios autônomos, a pena é aplicada pelo sistema da exasperação.

**V.** Nomear, admitir ou designar servidor contra expressa disposição de lei é crime de responsabilidade de prefeitos e vereadores.

a) Todas as proposições estão corretas.

b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.

c) Somente as proposições I e III estão corretas.

d) Somente a proposição II, IV e V estão corretas.

e) Somente as proposições I, III e V estão corretas.

**44ª Questão:** Sobre a Lei de Tortura (Lei n. 9.455/1997), assinale a alternativa **correta**:

**I.** O condenado por crime previsto na Lei de Tortura, sem exceções, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.

**II.** Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, em razão de discriminação sexual não constitui crime de tortura.

**III.** É crime qualificado pelo resultado a tortura que gere na vítima lesão corporal de natureza grave ou gravíssima.

**IV.** Não há crime de tortura previsto no Código Penal Militar, razão pela qual a conduta



típica de tortura por policial militar enseja a aplicação da Lei n. 9.455/1997.

- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

**45ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

**I.** A penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor tem duração de dois meses a cinco anos.

**II.** Quando o agente estiver participando, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística, não autorizada pela autoridade competente, da qual resulte lesão corporal culposa, a apuração do delito dependerá sempre de representação.

**III.** Constituirá efeito da condenação a inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso.

**IV.** Se o condenado por sentença penal transitada em julgado perdeu a função pública como efeito da condenação, ocorrendo a sua reabilitação, não se reintegra à situação funcional anterior.

- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

<b>36</b>	<b>37</b>	<b>38</b>	<b>39</b>	<b>40</b>	<b>41</b>	<b>42</b>	<b>43</b>	<b>44</b>	<b>45</b>
Anulada	B	Anulada	D	E	Anulada	D	C	B	B



## PROVA DE 2013

### DIREITO PENAL

**36ª Questão:** Sobre o instituto da prescrição, assinale a alternativa correta:

- a) É cabível a decretação da extinção da punibilidade do agente quando o juiz verificar, ainda no curso da instrução processual, que a provável pena a ser aplicada estará fulminada pelo advento da prescrição da pretensão punitiva.
- b) A sentença condenatória recorrível, posteriormente anulada por decisão do Tribunal de Justiça, conserva o efeito jurídico de interromper a fluência do prazo prescricional.
- c) A prescrição da pretensão executória é regulada pela pena aplicada na sentença condenatória transitada em julgado, não influenciando, a reincidência do agente, no cômputo de seu prazo.
- d) Aos crimes eleitorais são aplicáveis os prazos prescricionais previstos no Código Penal.
- e) Não é possível o reconhecimento da prescrição em crime em que houve a imposição de medida de segurança, uma vez que nessa hipótese não ocorre a aplicação de pena privativa de liberdade.

**37ª Questão:** Em relação ao crime de homicídio, assinale a alternativa correta:

- a) A violenta emoção e o motivo de relevante valor social ou moral são causas de redução da pena prevista para o homicídio.
- b) No homicídio mercenário, o emprego, pelo executor, de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum, não alcança o mandante que não participou da execução.
- c) O homicídio privilegiado coexiste com todas as qualificadoras.
- d) O homicídio qualificado-privilegiado perde a natureza de crime hediondo.
- e) Se o agente, agindo com desígnios autônomos e no mesmo contexto fático, comete 3 (três) crimes de homicídio doloso contra vítimas distintas, o juiz, na dosimetria, deverá aplicar a regra da continuidade delitiva, exasperando a pena de acordo com o número de delitos cometidos.

**38ª Questão:** Assinale a alternativa correta:

- a) O crime de corrupção de menores previsto no art. 244-B da Lei n. 8.069/90 é classificado como material, exigindo-se prova inequívoca de que o infante, antes do crime, não era corrompido.
- b) Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei no 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo.
- c) No caso de crime de tráfico de drogas previsto no art. 33, caput, da Lei n. 11.343/06, a concessão da causa de diminuição prevista em seu § 4º fica adstrita apenas à primariedade do agente.
- d) O agente que, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida, é flagrado carregando 3 (três) espécimes da fauna nativa ou



silvestre recém abatidos comete 3 (três) crimes de caça previsto no art. 29 da Lei n. 9.605/98, em continuidade delitiva.

e) No crime de tortura previsto na Lei n. 9.455/97, a condenação do agente público somente acarreta a perda do cargo se ficar demonstrada a reincidência.

**39ª Questão:** Sobre a classificação dos crimes, assinale a alternativa correta:

a) Crime de mão própria é aquele cujo tipo penal exige uma qualidade ou condição especial dos sujeitos ativos ou passivos.

b) Denomina-se crime progressivo prazo aquele em que o tipo penal exige, para sua configuração, o decurso de certo espaço de tempo.

c) São chamados de crimes multitudinários aqueles cometidos por mais de duas pessoas ligadas por um vínculo associativo.

d) Entende-se como crime falho aquele em que o iter criminis é interrompido antes mesmo de ser iniciado.

e) Diz-se crime de atentado aquele em que a pena da tentativa é a mesma do crime consumado.

**40ª Questão:** Examine as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I. Em se tratando de nexos causal, o resultado, nas causas supervenientes relativamente independentes, somente poderá ser imputado ao agente se estiver na mesma linha de desdobramento natural da ação.

II. Ocorre erro de tipo quando o equívoco do agente recai sobre o conteúdo proibitivo de uma norma penal.

III. Mélvio e Acio entraram em luta corporal e ambos restaram lesionados. Se ao final da instrução processual não restar evidenciado quem teria dado início às agressões, a solução é a absolvição de ambos com base no reconhecimento da legítima defesa recíproca.

IV. Os crimes habituais, os preterdolosos, os culposos, os unissubistentes e os omissivos próprios não admitem a tentativa.

a) Somente as proposições I e III estão corretas.

b) Somente as proposições II e IV estão corretas.

c) Somente as proposições I e IV estão corretas.

d) Somente as proposições II e III estão corretas.

e) Todas as proposições estão corretas.

**41ª Questão:** Analise as proposições a seguir elencadas e assinale a alternativa correta:

I. Praticados dois crimes distintos em concurso formal, o juiz, na aplicação da pena, considerará aquela fixada para o delito mais grave e depois promoverá a exasperação de um sexto até a metade, podendo a reprimenda, em virtude dessa regra, exceder a que seria cabível pela regra do cúmulo material.

II. Deferida a suspensão condicional da pena, o sentenciado deverá, obrigatoriamente, prestar

serviços à comunidade ou submeter-se à limitação de fim de semana no primeiro ano do prazo, assim como observar, cumulativamente, as regras de proibição de frequentar determinados lugares, de ausentar-se da comarca onde reside sem autorização do juiz, e



de comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar suas atividades.

III. No concurso material de crimes punidos com penas de reclusão e de detenção, a determinação do regime inicial para o cumprimento da pena privativa de liberdade deverá observar o resultado derivado do somatório dos quantitativos.

IV. Para efeito de reincidência não prevalece a condenação anterior se transcorrido tempo

superior a 5 (cinco) anos após o seu trânsito em julgado.

- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

**42ª Questão:** Assinale a alternativa correta:

a) No crime de latrocínio em que ocorre a morte da vítima, deve ser reconhecida a tentativa quando não efetivada a subtração patrimonial por circunstâncias alheias à vontade do agente.

b) No caso de roubo praticado em concurso de pessoas e mediante a utilização de armas de fogo, o agente que, na condição de motorista, conduz os comparsas ao local do fato e permanece aguardando no veículo para propiciar a fuga do grupo, faz jus à causa de redução de pena derivada da participação de menor importância, uma vez que não empunhou a arma de fogo e não empregou violência ou grave ameaça.

c) É isento de pena o agente que subtrai, sem violência ou grave ameaça, o dinheiro de seu avô, desde que este tenha idade inferior a 60 (sessenta) anos.

d) O agente que, para lograr êxito na subtração efetivada mediante grave ameaça exercida com o emprego de arma de fogo, mantém as vítimas trancafiadas em um dos cômodos da casa por várias horas, comete os crimes de roubo e de cárcere privado, em concurso formal.

e) O crime de extorsão consuma-se com a obtenção da vantagem indevida.

**43ª Questão:** Sobre os crimes contra a dignidade sexual, assinale a alternativa correta:

I. A revogação do crime de atentado violento ao pudor previsto no art. 214 do Código Penal pela Lei n. 12.015/2009 implica na ocorrência da chamada abolitio criminis.

II. O agente que mantém conjunção carnal com menor de 14 (quatorze) anos comete o crime de exploração sexual previsto no art. 244-A do Estatuto da Criança e do Adolescente.

III. A ação penal para os crimes contra a dignidade sexual, regra geral, é privada, procedendo-se, todavia, mediante ação penal pública condicionada à representação se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos.

IV. O agente que, no interior de sua residência, e com a finalidade de satisfação de sua própria lascívia, pratica automasturbação na presença de menor de 18 (dezoito) anos comete o crime de ato obsceno previsto no art. 233 do Código Penal.

- a) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão corretas.



- c) Somente as proposições II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

**44ª Questão:** Observadas as proposições a seguir expostas, assinale a alternativa correta:

I. A configuração do crime de entregar a direção de veículo a pessoa não habilitada, previsto no art. 310 da Lei n. 9.503/97, exige a demonstração da ocorrência de perigo concreto.

II. A ação penal para o crime de lesão corporal leve praticado contra idoso é pública condicionada à representação da vítima.

III. O agente que, sem autorização do órgão público competente, ou em desacordo com as determinações legais, promove o desmembramento do solo urbano e realiza a venda de terrenos para diversos consumidores pratica crime contra a economia popular previsto na Lei n. 1.521/51.

IV. A ação penal para apurar crimes de responsabilidade dos prefeitos municipais independe de pronunciamento da Câmara de Vereadores.

- a) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- e) Todas as alternativas estão incorretas.

**45ª Questão:** Examine as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I. A ação penal para o crime de violação de direito autoral consistente na conduta de reprodução total ou parcial, com intuito de lucro direto ou indireto, de obra intelectual, interpretação, execução ou fonograma, sem autorização expressa do autor, do artista intérprete ou executante, do produtor, conforme o caso, ou de quem o represente, é pública incondicionada.

II. A conduta de causar incêndio em imóvel alheio sem que ocorra a exposição a perigo da vida, da integridade física ou do patrimônio de outrem configura crime de dano.

III. O funcionário público autorizado que promove a inserção de dados falsos em sistema informatizado da Administração Pública, com a finalidade de obter vantagem indevida para si ou para outrem, comete crime de peculato.

IV. O agente que insere dados falsos em documento público oficial, com a finalidade de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, comete crime de falsificação de documento público.

- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I e II estão corretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

#### GABARITO

36 D	37 D	38 B	39 E	40 C	41 E	42 C	43 E	44 B	45 C	46 E
------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------





## PROVA DE 2015

**36.** O elemento subjetivo derivado por extensão ou assimilação decorrente do erro de tipo evitável nas descriminantes putativas ou do excesso nas causas de justificação amolda-se ao conceito de

- (A) culpa imprópria.
- (B) dolo eventual.
- (C) culpa inconsciente.
- (D) culpa consciente.
- (E) dolo direto.

**37.** A afirmação de que o Direito Penal não constitui um sistema exaustivo de proteção de bens jurídicos, de sorte a abranger todos os bens que constituem o universo de bens do indivíduo, mas representa um sistema descontínuo de seleção de ilícitos decorrentes da necessidade de criminalizá-los ante a indispensabilidade da proteção jurídico-penal, amolda-se, mais exatamente,

- (A) ao conceito estrito de reserva legal aplicado ao significado de taxatividade da descrição dos modelos incriminadores.
- (B) à descrição do princípio da fragmentariedade do Direito Penal que é corolário do princípio da intervenção mínima e da reserva legal.
- (C) à descrição do princípio da culpabilidade como fenômeno social.
- (D) ao conteúdo jurídico do princípio de humanidade relacionado ao conceito de Justiça distributiva.
- (E) à descrição do princípio da insignificância em sua relativização na busca de mínima proporcionalidade entre gravidade da conduta e cominação de sanção.

**38.** Sobre as relações que se estabelecem entre os conceitos de desvalor da ação e desvalor do resultado, é correto afirmar que no sistema legal positivo brasileiro expressado pelo Código Penal vigente

- (A) na ofensa ao bem jurídico reside o desvalor da ação, enquanto que na forma ou modalidade de concretizar-se a ofensa situa-se o desvalor do resultado.
- (B) há preponderância do desvalor da ação sobre o desvalor do resultado, o que faz com que não haja distinção entre gravidade de condutas dolosas e culposas.
- (C) os conceitos de desvalor da ação e de desvalor do resultado não têm qualquer relevo para o sistema legal brasileiro.
- (D) há preponderância do desvalor do resultado, embora haja relevância do desvalor da ação, como se vê no caso de cominação da pena para o crime tentado em relação ao crime consumado.
- (E) o conceito de desvalor da ação acha-se limitado aos crimes de mera conduta e



crimes formais enquanto o desvalor do resultado guarda relação apenas com os crimes materiais.

**39.** Nos crimes dolosos contra a vida praticado em concurso de pessoas, é correto afirmar, em relação ao Código Penal Brasileiro que

(A) apenas nos crimes culposos contra a vida pode ser invocada a aplicação da Teoria Monista ou Unitária.

(B) é possível cindir o tipo no tocante à homogeneidade do elemento subjetivo, uma vez que a Teoria Monista ou Unitária não é plenamente reconhecida pelo sistema legal brasileiro.

(C) a teoria Monista ou Unitária aplica-se exclusivamente aos crimes dolosos contra a vida, tendo sua aplicação, portanto, vetada nas hipóteses contempladas pelos crimes de trânsito.

(D) inspirado na legislação italiana, adotou, como regra, a Teoria Monista ou Unitária, ou seja, havendo pluralidade de agentes, com diversidade de conduta, mas provocando um só resultado, existe um só delito.

(E) denunciados em coautoria delitiva, e não sendo as hipóteses de participação de menor importância ou cooperação dolosamente distinta, os réus poderiam ser condenados por delitos diversos: homicídio doloso e homicídio culposos.

**40.** O critério judicial legalmente estabelecido para a fixação da pena pecuniária, na Parte Geral do Código Penal, vincula o juiz à observância, preponderantemente quanto

(A) aos danos sociais provocados pelo crime.

(B) à situação econômica do réu.

(C) à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente e aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime.

(D) à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente e ao prejuízo sofrido pela vítima.

(E) às consequências do crime para a vítima.

**41.** Na hipótese de concurso de pessoas instantâneo, entre um adulto e um adolescente, para a prática de roubo, sem que o adulto esteja animado por desígnio autônomo para corromper especificamente o adolescente para a prática do roubo, estabelece-se entre os delitos de roubo e corrupção de menores a seguinte modalidade de concurso de crimes:

(A) Não há concurso de crimes entre os delitos de roubo e corrupção de menores.

(B) Concurso formal impróprio.

(C) Concurso formal.

(D) Concurso material.

(E) Crime continuado.

**42.** Sobre os crimes de perigo comum previstos no Código Penal, é correto afirmar:



- (A) Todos os crimes de perigo comum admitem forma qualificada pelo resultado.
- (B) O crime de incêndio, por ser de perigo comum, pode se consumar com a provocação do mero perigo de incêndio, independentemente de expor diretamente a risco à vida ou à integridade física ou patrimônio de outrem.
- (C) Os crimes de perigo comum não admitem forma tentada.
- (D) Os crimes de perigo comum não admitem forma culposa.
- (E) Os crimes de perigo comum exigem elemento subjetivo específico.

**43.** Em tema de crime contra a dignidade sexual, analise as seguintes assertivas:

- I. O crime consuma-se no exato momento em que o agente, valendo-se de violência ou grave ameaça, pratica o feito voluntário destinado à satisfação de sua lascívia. Portanto, a consumação do delito confunde-se com o próprio ato libidinoso e a este é inerente.
- II. Crimes praticados com o mesmo *modus operandi* em face de vítimas diferentes, em diversas ocasiões e no período de um mês, induz o reconhecimento de crime continuado em relação a cada vítima e concurso material entre os crimes.
- III. O crime de rufianismo – aquele segundo o qual alguém tira proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça – foi revogado pela Lei no 12.015/2009.
- IV. O crime de atentado violento ao pudor exige laudo pericial conclusivo, porquanto ser da modalidade que sempre deixa vestígios, face à sua natureza jurídica de crime material.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I.
- (E) I e III.

**44.** Sobre a utilização de inquéritos policiais ou as ações penais em curso como fundamento para aumentar a pena, é correto afirmar:

- (A) É cabível na segunda fase e terceira fase de individualização da pena, mas não pode intervir sobre a fixação da pena-base.
- (B) Embora não esteja expressamente prevista como circunstância agravante, pode ser considerada agravante genérica com especial permissão de emprego no processo individualizador da pena.
- (C) Integra espectro compreendido no chamado princípio do livre convencimento do juiz que pode utilizá-la como causa geral de aumento de pena.
- (D) É considerada circunstância agravante expressamente prevista no art. 61 do Código Penal.
- (E) Não é reconhecida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que editou, inclusive, súmula sobre o tema.



**45.** Considere a seguinte conduta descrita: Publicar ilustração de recém-nascidos afrodescendentes em fuga de sala da parto, associado aos dizeres de um personagem (supostamente médico) de cor branca "Segurança! É uma fuga em massa!". Tal conduta amolda-se à seguinte tipificação legal:

- (A) Não se amolda a tipificação legal por se tratar de ofensa social e não de conteúdo racial.
- (B) Injúria, prevista no art. 140 do Código Penal.
- (C) Crime de racismo, previsto na Lei no 7.716/89.
- (D) Difamação, prevista no art. 139 do Código Penal.
- (E) Não se amolda a tipificação legal por se tratar de liberdade de expressão – direito de charge.

**46.** Sobre crimes contra o patrimônio, considere as seguintes assertivas:

I. O crime de extorsão se perfectibiliza no momento em que a vítima é constrangida, mediante grave ameaça, a fazer, deixar de fazer ou tolerar que se faça alguma coisa. E, tendo o agente exigido numerário, sob pena de mal futuro, caracterizado está referido delito, independentemente de obtenção da vantagem indevida.

II. No sistema legal brasileiro o latrocínio contempla crime complexo, qualificado pelo resultado, formado pela soma dos delitos de roubo e homicídio, doloso ou culposo.

III. O perdão judicial previsto no § 5o do artigo 180 do Código Penal constitui benefício incompatível com a modalidade dolosa do crime de receptação.

IV. O agente que tenta adentrar em estabelecimento ainda que com o intuito de subtrair coisa alheia móvel, mas, por circunstâncias alheias à sua vontade, não efetiva a empreitada criminosa, comete o crime de dano, desde que esse seja mais grave do que o furto tentado.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) I, III e IV.
- (E) II, III e IV.

**47.** NÃO é requisito para obtenção do livramento condicional:

- (A) Cumprimento de mais de dois terços da pena, nos casos de condenação por crime hediondo ou assemelhado.
- (B) Pagamento da pena de multa.
- (C) Reparação do dano, salvo impossibilidade de o fazer.
- (D) Cumprimento de mais de um terço da pena se não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes.
- (E) Cumprimento de mais da metade se for reincidente em crime doloso.



**48.** De acordo com previsão na Lei de Execução Penal, somente se admitirá o recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular quando se tratar de condenado(a):

(A) maior de 70 (setenta) anos; não reincidente em crime doloso; que tenha reparado o dano.

(B) maior de 70 (setenta) anos; acometido de doença grave; com filho menor ou deficiente físico ou mental; gestante.

(C) maior de 60 (sessenta) anos; acometido de doença grave; não reincidente em crime doloso.

(D) acometido de doença grave; com filho menor ou deficiente físico ou mental; gestante; não reincidente em crime doloso.

(E) maior de 70 (setenta) anos; mulher acometida de doença grave; gestante; que tenha reparado o dano.

**49.** Sobre os crimes relacionados ao tráfico de entorpecentes previstos na Lei no 11.343/2006, analise as seguintes assertivas:

I. A quantidade de droga apreendida não é um dos critérios legais que norteiam a atividade do juiz em seu julgamento ao tipificar determinada conduta no tráfico de entorpecentes.

II. O tráfico de drogas, na modalidade de conduta guardar é considerado crime permanente e com tipo misto alternativo, não havendo necessidade de mandado judicial para prisão em flagrante no interior de residência do traficante.

III. É isento de pena o agente que, em razão da dependência, ou sob o efeito, proveniente de caso fortuito ou força maior, de droga, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

IV. O indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais co-autores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá pena reduzida de um terço a dois terços.

É correto o que se afirma APENAS em

(A) III e IV.

(B) II, III e IV.

(C) II e IV.

(D) I e III.

(E) I e II.

**50.** Sobre os crimes de que tratam a Lei no 11.340/2006 (cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher), é INCORRETO afirmar:

(A) As formas de violência doméstica e familiar contra a mulher estão taxativamente previstas no art. 7º da Lei no 11.340/2006, não sendo objeto de medidas protetivas de urgência outras senão aquelas elencadas nesse dispositivo.

(B) Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata a Lei no 11.340/2006, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da



denúncia.

(C) O crime de lesão corporal leve ou culposa, praticado mediante violência doméstica (CP, art. 129, § 9º), é de ação penal pública incondicionada.

(D) É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

(E) Vínculos afetivos que refogem ao conceito de família e de entidade familiar nem por isso deixam de ser marcados pela violência. Assim, namorados e noivos, mesmo que não vivam sob o mesmo teto, mas resultando a situação de violência do relacionamento, faz com que a mulher mereça o abrigo da Lei Maria da Penha.

### GABARITO

<b>36 A</b>	<b>37 B</b>	<b>38 D</b>	<b>39 D</b>	<b>40 B</b>	<b>41 C</b>	<b>42 A</b>	<b>43 A</b>	<b>44 E</b>	<b>45 C</b>	<b>46 A</b>
<b>47 B</b>	<b>48 B</b>	<b>49 B</b>	<b>50 A</b>							